



30^º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo 1– Não deixar ninguém para trás

Modalidade: trabalho completo

O fortalecimento da biblioteca prisional a partir do compromisso da extensão universitária

Title in English: Strengthening the Library in Prison through the commitment of university extension

Daniella Camara Pizarro – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Resumo: Evidencia a importância da extensão universitária dos cursos de Biblioteconomia para a efetivação de bibliotecas prisionais. Aborda temáticas da extensão universitária e bibliotecas prisionais. Apresenta ações do “Programa Novos Horizontes: a universidade nos espaços de privação de liberdade” do Departamento de Biblioteconomia da UDESC. Em relação à metodologia, trata-se de relato de experiência de pesquisa descritiva e bibliográfica. Conclui que diante da falta de dignidade e desumanização no cárcere, a extensão é estratégia essencial no fortalecimento da educação, informação e direitos humanos e também, para sensibilizar a sociedade e a estrutura político-administrativa das unidades penais sobre a necessidade de bibliotecas prisionais.

Palavras-chave: Biblioteca Prisional. Prisão. Leitura. Extensão universitária. Biblioteconomia.

Abstract: It highlights the importance of university extension courses in Library Science for the implementation of libraries and librarianship in prisons. It presents actions of the “New Horizons Program: the university in spaces of deprivation of liberty” of the Department of Library Science/UDESC. The theoretical basis addresses university extension, prison, library and promotion of reading. It concludes that, given the lack of dignity and dehumanization in prisons, extension is an essential strategy for strengthening education, information and human rights, and also for raising awareness in society and the political-administrative structure of penal units about the need for libraries and librarianship, aiming at the transformation of social reality.

Keywords Prison Libraries. Prison. Reading. University extension. Librarianship.





1 INTRODUÇÃO

Esta comunicação pretende evidenciar a importância da extensão universitária dos cursos de Biblioteconomia, enquanto compromisso das Universidades com a educação e a biblioteca em prisões, para além do ensino e pesquisa. Para isso, apresenta um relato de experiência sobre a trajetória e as ações do Programa de Extensão “Novos Horizontes: a universidade nos espaços de privação de liberdade” vinculado ao Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação (DBI) do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

A atuação docente dentro do fazer universitário está calcada no tripé ensino-pesquisa-extensão. Rememora-se que a extensão universitária, tem seu início no começo do século XX, coincidindo com o desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil. Novas iniciativas surgiram na década de 70, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em conjunto com Ministério do Interior, onde foi criada uma comissão mista que estimulava medidas destinadas à institucionalização e ao fortalecimento da extensão Universitária. Influenciada pelas ideias de Paulo Freire, a extensão foi definida como uma ação institucional voltada para a população, bem como uma troca de saberes entre a universidade e comunidade. (Fórum de pró-reitores das instituições públicas de educação superior brasileiras, 2015).

Compreende-se a extensão como uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, a qual encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. E mais, no retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica e crítica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico, técnico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional. A extensão propicia a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizada deste processo dialético de teoria e prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (Fórum de pró-reitores das instituições públicas de educação superior brasileiras, 2015).



Nessa direção, aplicado ao contexto do sistema carcerário brasileiro, quando se propõe um projeto de extensão com envolvimento de curso de Biblioteconomia pode-se compreender melhor a realidade do mundo da vida e do trabalho, a qual extrapola os muros da academia. O cárcere, por si só, já é um sistema de acesso restrito. Quando se consegue adentrá-lo por meio da extensão, é possível se aproximar dos sujeitos e de suas práticas, além de conhecer a estrutura de poder das relações e infraestrutura social, política, econômica e material do cárcere.

E assim, a partir disso, propor ações que visem minimizar exclusões e violências. Entre elas, ressalta-se a biblioteca prisional, que a partir do olhar da ciência biblioteconômica, põe em prática seu papel de apoio à educação e à escola dentro do cárcere e de fomento à leitura, bem como sua função informativa e promotora de direitos humanos.

Sendo a extensão uma via de mão dupla, o envolvimento com esta realidade propicia que o ensino e a pesquisa estejam conectados entre si, revendo suas fragilidades e potencialidades. A indissociabilidade de ensino-pesquisa-extensão é fundamental para o avanço da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), não só enquanto campo teórico, mas como campo de atuação, na qual o egresso da universidade irá se deparar no mundo do trabalho.

Nas próximas seções, serão abordadas temáticas que envolvem a importância da biblioteca, bem como da educação, da informação e da leitura nas unidades penais. E ainda, o Programa Novos Horizontes será apresentado com mais detalhes, para uma melhor compreensão da pessoa leitora. Na seção final, levando em consideração o contexto atual da falta de dignidade e de desumanização no cárcere, discute-se a importância da extensão universitária na área de Biblioteconomia no cárcere pensando no fortalecimento da educação, da informação e dos direitos humanos.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência já que trata de uma vivência acadêmica e profissional dentro dos fazeres da universidade e da socialização de conhecimentos sobre uma determinada realidade; portanto, consubstanciada a partir da pesquisa bibliográfica e de caráter descritivo.

Ademais, encerra-se esta seção, justificando a inserção do trabalho no eixo temático “não deixar ninguém para trás”, pois acredita-se que pesquisar sobre



biblioteca e atuação bibliotecária em prisões, em primeira e última instância, trata-se de dignificar pessoas em privação de liberdade, que vem sendo excluídas de acesso aos seus direitos, entre eles, educação, informação e leitura.

2 BIBLIOTECA PRISIONAL

Para pensar as bibliotecas nessa ambiências, primeiramente, parte-se da compreensão que possuem papel fundamental para a educação das pessoas em privação de liberdade. De acordo com Trindade (2009), as bibliotecas favorecem a efetividade de políticas de educação, reabilitação e utilização construtiva do tempo, as quais envolvem leitura e informação.

A existência das bibliotecas em unidades penais se deu por volta de 1870, nas unidades americanas por meio de trabalhos de leituras que se intensificaram quando a educação começou a ser uma parte essencial para a reabilitação e inserção das pessoas que lá estavam. Em 1915, foi concretizado pela *American Library Association* (ALA), as primeiras normas referentes às bibliotecas em prisões (SilvaNeto;Leite, 2011).

A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) é o órgão responsável por determinar as diretrizes que as bibliotecas prisionais devem seguir em seus respectivos estabelecimentos. Essas diretrizes servem para a obtenção de parâmetros para a elaboração de políticas governamentais e nacionais para a implantação de bibliotecas, bem como garantir os direitos fundamentais dos pessoas em privação de liberdade em relação ao acesso à leitura, à educação e à informação. (Trindade, 2009).

No Brasil, com exatos quarenta anos temos a Lei Federal de Execução Penal (LEP) nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a qual institui os direitos e deveres das pessoas em privação de liberdade e do estado com o objetivo de “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (Brasil, 1984, *on line*). Nessa direção, a LEP em seu capítulo II “da assistência”, seção V “da assistência educacional”, artigo 17 instrui que a “assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado” e no artigo 21, inciso 5, a lei apresenta a



existência de bibliotecas, em condições legais, e com seus acervos. (Brasil, 1984, *online*).

Outro ponto fundamental, refere-se a presença de pessoas bibliotecárias nessas unidades. Em pesquisa realizada pelos autores Costa, Lindemann, Pizarro e Silva (2016), referente a participação da pessoa bibliotecária nas bibliotecas em unidades penais catarinenses foi apontada a sua inexistência. Isto pode acontecer por falta de interesse dos mesmos, e/ou pela negligência do estado, e/ou inação dos conselhos e das associações de Biblioteconomia.

Diante desse contexto, em 2017 foi criada pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da informação e Instituições (FEBAB) juntamente com profissionais e estudantes da área, a Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP), “a fim de assegurar o direito à educação e ao desenvolvimento humano dos apenados, respeitando e fazendo cumprir a legislação vigente no país” (FEBAB, 2017).

Pizarro, Costa, Picone e Medeiros (2017) chamam a atenção da tímida atuação política da categoria bibliotecária no que tange à existência de bibliotecas no cárcere e ao apregoado na LEP datada de 1984.

São décadas de perdas de oportunidades, de inação e de negligência aos direitos dos apenados. Pouco se fala, pouco se ouve, pouco se vê e pouco se percebe sobre biblioteca e bibliotecários no cárcere. (Pizarro; Costa; Picone; Medeiros, 2017, p. 85).

Nesse sentido, a expectativa para a biblioteca no cárcere é que se bem gerida e com atuação de pessoas bibliotecárias em sua equipe, tem grande potencial para contribuir no processo de emancipação de pessoas em privação de liberdade, fomentando o seu lado crítico e consciente por meio do acesso à leitura, à informação, aos direitos humanos e à cidadania.

As atividades da pessoa bibliotecária dentro das bibliotecas prisionais vão além das técnicas de classificação, organização, conservação, divulgação do acervo. Este profissional tem condições de oferecer às pessoas em privação de liberdade o acesso à informações necessárias ao seu desenvolvimento pessoal e aos seus direitos, visando sua educação e melhoria na sua qualidade de vida. (Pizarro; Costa; Picone; Medeiros, 2017, p.83).



Dessa forma, Santos (2016, p. 41) discorre que a disponibilidade de uma biblioteca contribui para garantir o acesso à informação, para que

O preso se informe ou seja sensibilizado pelo poder transformador da leitura, tornando-o consciente de seus direitos de forma que lute para que eles sejam assegurados, e possa expandir seus horizontes, tendo não só o crime como caminho, mas os estudos e a possibilidade de se empregar em algo prazeroso.

Corroborar-se com esta afirmação ao rememorar Petit (2010), já que a referida pesquisadora reforça que o papel da biblioteca não é apenas o de ser um espaço para acesso à informação e sim, como um conservatório de sentido. Nele se encontram diversas metáforas científicas que ordenam o mundo e o esclarecem e, ainda, metáforas literárias, poéticas, geradas pelo exercício lento de escritores ou artistas que realizaram um trabalho de transfiguração de seus próprios questionamentos e dos vários conflitos que estão no cerne da vida psicológica e social. (Petit, 2010, p. 125).

Portanto, mediante o exposto, o valor e o sentido da biblioteca prisional são inquestionáveis, uma vez que tem entre suas diversas potencialidades, a promoção da educação, da informação, da leitura, dos direitos humanos, e principalmente, a emancipação cidadã das pessoas em privação de liberdade.

Entretanto, os desafios ainda são muitos perante o desconhecimento e a falta de consciência, por parte das unidades penais e de diversos setores da sociedade, em relação a importância das bibliotecas e da atuação das pessoas bibliotecárias. Por isso, a relevância de diversas ações provenientes do Conselhos Federais e Regionais de Biblioteconomia, das Associações, da sociedade civil e das Universidades no que tange o ensino, pesquisa e extensão.

3 PROGRAMA NOVOS HORIZONTES: A UNIVERSIDADE NOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

O Programa de Extensão “Novos Horizontes: a universidade nos espaços de privação de liberdade” integra ações de ensino, pesquisa e extensão e é composto por docentes e pesquisadores da área de Biblioteconomia e Pedagogia, estagiários e bolsistas de Biblioteconomia e de um egresso do sistema prisional.

As ações iniciaram-se em 2016, quando se tomou conhecimento das demandas por oportunidades educacionais, em especial, da necessidade de se oportunizar o



acesso ao ensino superior às pessoas privadas de liberdade em Santa Catarina, especialmente na UDESC, já que a mesma não ofertava o vestibular nas unidades penais.

Inicialmente, a proposta de extensão foi elaborada entre professores da Biblioteconomia, Pedagogia e História e estava vinculada no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na FAED/UDESC. Buscou-se o apoio da Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Extensão e Reitoria da UDESC para iniciar um projeto piloto. Efetivou-se parcerias com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Secretaria Estadual de Educação, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Defensoria Pública; bem como foi assinado um termo de cooperação entre a universidade e os órgãos envolvidos para firmar o compromisso, de ambas as partes, do desenvolvimento das ações de extensão.

Observa-se que desde o ano de 2018, o Novos Horizontes vinculou-se ao Departamento de Biblioteconomia e Informação (DBI) da FAED/UDESC e vem sendo coordenado pela Profa. Dra. Daniella Camara Pizarro. Atualmente, encontra-se em sua 4ª edição.

O Programa de Extensão “Novos Horizontes: a universidade nos espaços de privação de liberdade” engloba algumas ações descritas a seguir nas subseções, conforme Abreu *et al* (2017):

a) **Projeto Incluir**– objetivou ampliar as oportunidades de acesso e de permanência no Ensino Superior para internos e egressos do sistema prisional, além de contribuir para a implementação de uma política de inclusão na UDESC. Esta ação teve início em junho de 2016, inicialmente oferecendo o vestibular de inverno da UDESC dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis e de Joinville e perdurou até 2019, com pausa nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 (em decorrência da pandemia e suas consequências). Felizmente, no ano de 2024, após reunião da coordenação do Programa Novos Horizontes com a Reitoria, a mesma compreendeu que o vestibular nas unidades penais pode e deve ser uma ação institucionalizada e permanente da UDESC, enquanto compromisso da Universidade ao acesso democrático ao direito da educação. Portanto, neste ano o vestibular passou a ser ofertado de forma institucionalizada e não mais via projeto de



extensão. Cabe dizer, que enquanto ação de extensão de 2016 a 2019, mais de 700 pessoas puderam realizar o vestibular da UDESC nas unidades penais, onde aproximadamente 40 delas foram classificadas. Dentre estas, algumas pessoas tiveram autorização do juiz da Vara de Execução Penal para estudar na universidade e tiveram a possibilidade de se graduarem em diversos cursos da UDESC. Vale mencionar que, o curso de graduação em Biblioteconomia recebeu 05 estudantes, inclusive uma delas já está formada. Por fim, o estudo também conta como remição de pena, possibilitando a saída da prisão antes, além de trazer novas perspectivas e oportunidades de integração do egresso do sistema na sociedade.

b) **Formação compartilhada no contexto da educação prisional:** Com início em 2017, pretendeu-se, inicialmente, propor um processo de formação visando o desenvolvimento profissional que pudesse contribuir com os/as profissionais docentes que atuam no sistema prisional de Florianópolis/SC. Por outro lado, fez-se necessário considerar que a educação em uma instituição, seja ela com discentes em privação de liberdade ou não, está cercada por uma rede de relações técnicas e administrativas que são, também, fundamentais na consecução dos objetivos diante da escolarização. No caso da educação no sistema prisional, é preciso considerar a importância de outros/as profissionais que constituem as equipes de trabalho, como: assistentes sociais e agentes penitenciários/as, visto que estão cotidianamente em contato com as pessoas em privação de liberdade e, muitas vezes, atuam como mediadores entre as necessidades dos/as docentes e do sistema judiciário, que por sua vez, é fundamental para que a frequência e a continuidade dos estudos sejam garantidas. Deste modo, as assistentes sociais e os agentes penitenciários foram/são em conjunto com os/as docentes público-alvo desta formação. Ademais, contou também com uma bibliotecária da Secretaria Estadual da Educação, a qual apoia as ações dos docentes que atuam no cárcere e dos estagiários e bolsistas de Biblioteconomia que estavam/estão vinculados ao Novos Horizontes. A formação caminha em conjunto com os órgãos administrativos e educacionais que atualmente se responsabilizam pela formação e pelo acompanhamento do trabalho dos/as docentes, como a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SEC), o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Todo o currículo da formação foi elaborado, a partir de sugestões de temáticas de



interesse e de demandas indicadas pelos cursistas no momento da inscrição. Pretende-se, ao constituir esta rede compartilhada de formação, possibilitar o fortalecimento de ações conjuntas que sirvam de alicerce para a continuidade de formações futuras, incluindo posteriormente os/as próprios profissionais envolvidos como formadores de novos grupos;

- c) **I Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional:** foi realizado nos dias 30 e 31 de maio de 2017. Envolveu participantes de diversos Estados brasileiros e professores e estudantes estadunidenses. Foi organizado pelo Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), por meio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e do Programa de extensão Novos Horizontes; pelo Centro de Artes (CEART), por meio do programa de extensão Pedagogia do Teatro e Processos de Criação, todos estes pertencentes à UDESC. Foram objetivos do evento: apresentar, debater, divulgar e avaliar a oferta de educação formal e não formal para pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais; fomentar o cárcere como campo de atuação acadêmica e contribuir com a formação pessoal e profissional nas áreas de Ciências Humanas e Sociais articulando o ensino, a pesquisa e a extensão universitária com políticas públicas. A programação foi composta por conferências, mesas-redondas, apresentações orais de trabalhos resultantes de pesquisas e de relatos de experiências em dois Grupos de Trabalhos (GT): GT 1: Educação e Direitos Humanos: Estudos e Pesquisas; GT 2: Arte, Educação e Cidadania: Relatos de Experiências. Na abertura do evento, fez-se a apresentação da Banda “Acordes da Liberdade”, do Presídio Industrial de Joinville. A Conferência de abertura foi proferida pelo Prof. Dr. Roberto da Silva (USP), responsável pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Prisional. Durante o evento, promoveu-se uma exposição de roupas e acessórios customizados, produzidos no âmbito do programa de extensão Ecomoda do CEART-UDESC. No encerramento, a conferência “Teatro e Encarceramento: Perspectivas ao Redor do Mundo”, ministrada pela professora Ashley Lucas, da Universidade de Michigan (Estados Unidos), possibilitou importantes diálogos e o intercâmbio com projetos internacionais. Importante ressaltar, que a manhã do dia 31/05/2017 foi dedicada a biblioteca no cárcere com conferência de abertura e mesa redonda. E ainda contou com a solenidade do Lançamento da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais da



FEBAB¹ com a participação presencial da comissão e da Presidenta da FEBAB, na época Adriana Ferrari, de forma remota. O evento contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas.

- d) **Biblioteca como espaço sociocultural e educativo das unidades penais:** esta ação está sendo desenvolvida na Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, vinculada ao Complexo Penitenciário de Florianópolis, localizado no bairro: Agrônômica, Florianópolis/SC. Diversas atividades estão em andamento na biblioteca da unidade prisional, dentre elas: (i) Organização do acervo: classificação, catalogação e indexação dos materiais; (ii) Descarte e desbastamento: revisão das obras que estão no acervo observando a atualização do conteúdo de suas obras, bem como seu estado físico; (iii) Implementação do software para gestão de bibliotecas. Neste caso, o software Biblivre está sendo utilizado para inserção dos materiais; (iv) Serviço de referência: empréstimo, devolução, renovação de obras; (v) Arrecadação de materiais para as unidades prisionais e confecção de uma Política de Desenvolvimento de Coleções para a Biblioteca da Penitenciária; (vi) desenvolvimento de uma cultura literária com vistas a promoção da leitura, formação de leitores e subsídio ao processo de remição da pena pela leitura². Esta ação é coordenada por uma professora do Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A equipe é composta também por graduandas do curso de Biblioteconomia. A biblioteca está atendendo a Lei de Execuções Penais (LEP, nº 7.210, de 11 de julho de 1984), a qual apregoa em seu artigo 21, a presença de bibliotecas nas unidades penais do país. Recentemente, em 2015, essa determinação foi endossada e novamente imposta dentro da LEP, por meio da qual se instituiu o ensino médio nas unidades penais (Lei nº 13.163, de 2015), enfatizando a relevância e a pertinência das bibliotecas dentro das instituições penais. (Brasil, 2015). Assim, entende-se que as bibliotecas devem ter a participação de vários/as profissionais, dentre eles/as, o/a bibliotecário/a, que colaboram para o desenvolvimento das atividades

¹ Vide programação: <https://siaep2017.wixsite.com/siaep2017/programacao-1>

² A Recomendação nº 44, de 16/11/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabeleceu critérios para a concessão da remição da pena por meio da leitura. O benefício consiste em oportunizar ao pessoas em privação de liberdade a diminuição de 4 dias de pena com a leitura de uma obra literária, científica ou filosófica, mediante verificação da mesma. O limite é de doze obras ao ano, totalizando 48 dias de remição dapena a cada 12 meses.



educativas nela oferecidas. A presença do/a bibliotecário/a faz-se importante, já que domina técnicas de organização da informação e do conhecimento que possibilitam o efetivo acesso à informação e à promoção da educação, dos direitos e da justiça social. Assim, essa ação de extensão universitária deverá: (i) Subsidiar as pessoas em privação de liberdade que estão cursando o ensino fundamental, ensino médio e universidades oferecendo um acervo organizado e que atenda às suas necessidades informacionais; (ii) Subsidiar o Projeto de Remição de Pena pela Leitura, por meio de um acervo planejado e organizado que facilite o acesso e a disponibilização da obra a ser resenhada; (iii) Apoiar as práticas educativas dos/as professores que atuam nas unidades prisionais; (iv) Propor a organização do “Sistema de Bibliotecas Prisionais Catarinense” por meio de uma política de desenvolvimento de coleções e de organização de acervos; (v) subsidiar o estudo para o vestibular oferecendo diversos materiais, obras e resumo de obras cobradas nos vestibulares para o processo de estudo dos pessoas em privação de liberdade; (vi) atuar no letramento informacional dos pessoas em privação de liberdade visando o acesso à leitura de obras gerais e especializada, entre elas as legislações, para fomentar o processo emancipatório dos pessoas em privação de liberdade de forma democrática e cidadã.

Figura 01 – Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis



Fonte: Elaborada pelasautora.

Descrição: A imagem comporta quatro fotos. A primeira, no canto superior esquerdo, apresenta o container onde se situa a biblioteca. Abaixo da janela dele, há uma placa onde está escrito: “Biblioteca



da Penitenciária de Florianópolis”. Na segunda foto, no canto superior direito, retrata-se o interior da biblioteca, onde várias estantes com livros estão enfileiradas e ao fundo, mostra-se uma estação de trabalho com computadores e uma janela. Na terceira foto, no canto esquerdo inferior, apresenta-se cinco estações de trabalho com mesas, computadores e cadeiras separadas por divisórias e uma janela ao fundo. Na quarta foto, no canto inferior direito, apresenta-se várias estantes com livros enfileiradas e ao fundo uma porta.

Assim, a partir da proposição do Novos Horizontes compreende-se como fundamental, por parte de instituições de Ensino Superior, uma política de abertura às pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional. Segundo Abreu *et al* (2017), faz-se imprescindível valorizar as práticas educativas como elementos fundamentais às transformações necessárias, que se desenvolvem junto às pessoas privadas de liberdade criando “novos horizontes” quando do retorno à liberdade.

Vale destacar, o alheamento da sociedade em relação ao que acontece nas prisões, sobretudo em relação ao direito à educação. Com isso, a falta de acesso a esse direito, por parte da população carcerária brasileira, tem contribuído para o processo de exclusão social, o qual já ocorre anterior à prisão, onde destaca-se o analfabetismo e uma grande parcela da população que não consegue concluir o Ensino Fundamental. Portanto, impõe-se outra tarefa importante: combater a omissão ou o preconceito que dificultam o retorno à vida em liberdade daqueles/as que estiveram no sistema carcerário.

Dessa forma, o grupo que compõe este programa de extensão não tem poupado esforços para a realização de uma universidade menos excludente (Abreu *et al*, 2017). Nessa direção, a compreensão de que é preciso mudar a lógica punitiva do sistema carcerário e oferecer condições para o retorno à vida fora dos muros do cárcere, com investimento no desenvolvimento do potencial humano aos sujeitos em privação de liberdade.

4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMPROMISSO COM A PROMOÇÃO DA BIBLIOTECA NO CÁRCERE E A ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

Diante do explanado e após a breve contextualização e trajetória do Programa Novos Horizontes na seção anterior, cabe informar ao/a leitor(ra) algumas percepções e conclusões motivadas pelas experiências vivenciadas desde 2016, com a implantação



do Programa até os dias atuais. Para melhor entendimento, serão divididas em alíneas, seguidas de explicação:

- a) Pensar projetos de extensão para a biblioteca prisional com diversas ações e integrando diversas áreas do conhecimento fortalece o desenvolvimento da biblioteca e da consciência de sua necessidade – no caso do Novos Horizontes, a proposta surge integrando os cursos Biblioteconomia, Pedagogia e História. Nesse caso, a ação de extensão da biblioteca liga-se com o desenvolvimento de todas as outras ações mencionadas anteriormente: seja com a remição da pena pela leitura, seja no apoio às atividades dos professores da EJA Prisional, seja na disponibilização de materiais que suportem o estudo para o vestibular.

- b) Evento integrado entre diversas áreas do conhecimento e com diversos atores sociais e instituições para tratar a temática do cárcere para a Universidade como ambiência de estudo, pesquisa, ensino e atuação profissional - com relação à área da Biblioteconomia, esta ação de extensão contemplou-a: conferência de abertura tratando da importância da biblioteca no cárcere, mesa sobre biblioteca prisional com bibliotecários que estudam e/ou têm experiência com a temática, lançamento da Comissão Brasileira de Biblioteca Prisional -CBBP/FEABAB e publicações em anais. Além disso, contar com pessoas não só da Biblioteconomia, mas de outras áreas, trouxe visibilidade para a importância da biblioteca, bem como favoreceu o diálogo em torno dela;

- c) A participação dos integrantes da equipe do Novos Horizontes que estão relacionados à ação da biblioteca na ação de extensão “Formação Compartilhada no Contexto da Educação Prisional” –foi uma excelente oportunidade para a biblioteconomia e a biblioteca se aproximarem mais dos professores que atuam nas unidades penais, dos agentes penitenciários, assistentes sociais e psicólogos. Durante a formação, cada um dos integrantes pode apresentar seu papel, fazeres e desafios, proporcionando aos outros integrantes novos conhecimentos e pontos de vistas. Especialmente, para a biblioteca no cárcere isto foi essencial, pois a maioria das pessoas não têm o pleno entendimento do que é biblioteca e da sua importância;



- d) A biblioteca prisional atuando em parceria com os docentes das unidades penais e com os gestores penitenciários responsáveis pela educação- já que segundo a LEP (Brasil, 1984), a biblioteca tem papel de assistir ao processo educativo. Nesse sentido, assim como uma biblioteca escolar deve apoiar o processo ensino-aprendizagem, o mesmo ocorre com a biblioteca prisional. Nos Novos Horizontes, a equipe da biblioteca, separa obras solicitadas pelos docentes para levar para as “celas de aula” e para a remição da pena por meio da leitura, faz pesquisas para atender as demandas de professores e estudantes, faz resumos sobre as obras cobradas no vestibular, oferece espaço e infraestrutura para que os professores trabalhem na biblioteca, busca aquisições de livros e materiais solicitados para uso nas aulas, entre outras atividades;
- e) A ação de extensão que envolve a Biblioteca Prisional - possibilitou as/aos estudantes do curso de Biblioteconomia atuarem nela por meio de bolsas de extensão, estágio remunerado pela Secretaria de Administração Prisional e/ou obrigatórios. Além disso, foi campo de pesquisa para artigos, TCC's e dissertações (Costa, 2017; Ambrósio, 2018; Carlsen, 2018; Costa, 2020). E ainda possibilita projeto de pesquisa em andamento sobre a temática das representações sociais dos docentes sobre a leitura e a biblioteca coordenada pela proponente deste trabalho;
- f) Gestão da Biblioteca e disseminação do acervo – a partir da organização da biblioteca por meio do desenvolvimento de uma política de Desenvolvimento de coleções e do processamento técnico das obras possibilitou-se investir na circulação dos livros. Pode-se atender aos pedidos de livros das pessoas em privação de liberdade via memorandos entregues na biblioteca pela chefia de segurança da Penitenciária. Foi realizada ações de estímulo de leitura e divulgações (que continham várias sugestões de obras para leitura) em murais localizados nas diversas alas da Penitenciária Masculina. À medida que a gestão da penitenciária e a chefia de segurança foram conhecendo o papel da biblioteca, o chefe de segurança da penitenciária autorizou que fosse enviado para cada ala uma caixa cheia de obras para que fossem escolhidas pelas pessoas em privação de liberdade a cada 15 dias,

já que a biblioteca ficava na parte administrativa da penitenciária. Assim, foi possível, aos poucos implantar uma cultura de leitura na penitenciária masculina e favorecer o processo de remissão da pena por meio da leitura;

- g) Pessoas em privação de liberdade e estudantes do Curso de Biblioteconomia – alguns pessoas em privação de liberdade foram classificados no vestibular para o curso de biblioteconomia. Segundo um deles, a sua percepção de ver a biblioteca da penitenciária mais ativa a partir do Programa Novos Horizontes, influenciou na escolha do curso a ser cursado. Outro pessoas em privação de liberdade que foi classificado para o curso de Biblioteconomia, em função das relações das parcerias do Programa a Secretaria de Administração Prisional conseguiu uma bolsa de estágio remunerado para atuar no Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão (LABIB) do Curso de Biblioteconomia no contra turno das aulas;
- h) Conscientização crescente sobre a importância da biblioteca e da leitura – a medida que a biblioteca foi se expandindo e foi sendo conhecida pelas pessoas em privação de liberdade, professores, agentes e direção da penitenciária masculina pelo seu papel e função dentro da instituição, a biblioteca começou a ser incluída nas atividades da penitenciária, por exemplo: a entrega de prêmios de um concurso de redação nacional (2019), entre outros. Ainda nesse sentido, duas docentes do Programa Novos Horizontes foram chamadas para compor a Comissão Intersetorial para Readequação do Plano Estadual de Educação em Prisões de Santa Catarina em 2021;
- i) Participação na Comissão Intersetorial para Readequação do Plano Estadual de Educação em Prisões de Santa Catarina em 2021³ – nesse sentido, as docentes da equipe do Novos Horizontes puderam propor ações voltadas para a educação e para a contratação de profissionais bibliotecários para atuar nas unidades prisionais;

³<https://www2.sed.sc.gov.br/principais-consultas/legislacao/30256-legislacao-estadual>



j) Socialização das vivências e conhecimentos adquiridos pelo Programa de Extensão Novos Horizontes dentro da sala de aula do Cursos de Biblioteconomia e em eventos – a atuação no Programa permitiu compreender a realidade atual e aproximá-la do ensino de Biblioteconomia, fazendo uma ponte mais concreta entre Universidade e mundo do trabalho.

Portanto, acredita-se que socializar estas questões é necessário para que outras instituições, docentes, bibliotecários e profissionais diversos possam acessá-las e delas, possam ter subsídios para planejarem novas ações que vão na direção do fortalecimento das bibliotecas em ambientes de privação de liberdade, da leitura, da educação e dos direitos humanos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão pretendeu evidenciar a importância da extensão universitária dos cursos de Biblioteconomia, no caso o Programa de Extensão Novos Horizonte, para o fortalecimento da biblioteca prisional. Passados 08 anos desde o início do Programa, pode-se concluir que se obteve relevantes avanços na direção da consciência e compreensão da necessidade, importância e do papel da biblioteca prisional por parte da Universidade, do Sistema Prisional, da Secretaria de Administração Prisional e da Secretaria Estadual de Educação.

Entretanto, apesar das conquistas adquiridas, ainda há muito trabalho pela frente. São muitos os desafios e as dificuldades, tratando-se de um ambiente de privação de liberdade e de lógica punitiva. As trocas de gestão e de direção nas unidades penais e do governo do Estado implicam, em muitas vezes, no apagamento das práticas já estabelecidas e dos avanços conquistados, o que requer recomeçar do ponto zero. Juntamente, reinicia-se novamente o processo de conscientização a respeito do papel da biblioteca.

Paciência e resiliência são fundamentais para lidar com constantes dificuldades que eventualmente acontecem: mudança do espaço físico da biblioteca, censura de livros, não autorização para atender solicitações de livros por memorandos e não permissão de envio de livros para as alas, já que nem todas as pessoas têm acesso a ela.



Nesse sentido, ressalta-se aqui a importância da parceria com vários órgãos e da elaboração do termo de cooperação entre os órgãos envolvidos. Estes acordos garantem e dão respaldo para a efetivação e para a manutenção das ações, bem como o retorno das práticas que foram apagadas.

Destaca-se ainda que a relação que se firma com os professores também é salvadora, eles são os melhores aliados quando se trata da memória e do reconhecimento do papel da biblioteca para a educação prisional.

Pode-se dizer também que, diante da fragilidade histórica da universidade em incluir em seus espaços a diversidade de sujeitos sociais que a constitui e, visando contribuir para alterar esse panorama, este programa de extensão visa implementar uma política que favoreça a diversidade e promova o acesso à educação, à informação e à leitura para grupos tradicionalmente excluídos, como é o caso das pessoas em privação de liberdade. Segundo Abreu *et al* (2017), sabe-se que são muitas as contradições que marcam a sociedade brasileira e que precisam ser reconhecidas. Tais contradições, exigem o compromisso e a participação dos vários agentes públicos e da sociedade com a realização dos Direitos Humanos.

Assim, seguimos com o compromisso do ensino de uma Biblioteconomia inclusiva; compromisso com biblioteca em espaços de privação de liberdade e com a luta para a efetivação da vaga de trabalho da pessoa bibliotecária; compromisso com o enfrentamento das diversas violências e preconceitos e compromisso com cidadania, democracia e justiça social.

REFERÊNCIAS

ABREU, G; CARDOSO, P. de J. F.; PIZARRO, D.C.; KERN, C.; COSTA, A. MOSCHEN, L. da S.; PORTE, G. L. *et al*. PIZARRO, D.C; COSTA, A.; PICONI, C.; MEDEIROS, C. Programa Novos Horizontes: a universidade nos espaços de privação de liberdade. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARTE E EDUCAÇÃO PRISIONAL, I., FLORIANÓPOLIS, 2017. **Anais...** Florianópolis, 2017. Disponível em: https://6c27255a-7e27-4625-b615-0913ea29fd35.filesusr.com/ugd/7288a8_bb76b6e1c0e8476b8429101906bce00b.pdf. Acesso em: 04 de ago de 2024.

AMBRÓZIO, Nikolly Domingos. "**Presos que menstruam**": leitura e cidadania no Presídio Feminino de Florianópolis. 2018. Orientada por Daniella Pizarro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Graduação em Biblioteconomia, Florianópolis, 2018. Disponível em: 04 de ago de 2024.



BRASIL. Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 04ago 2024.

BRASIL. Lei Nº 13.163, de 09 de setembro de 2015. Brasília, Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13163&ano=2015&ato=eaclzZ65UNVpWT1fb>. Acesso em: 20 set 2024.

CARLSEN, Bianca Martins. **A importância da biblioteca da penitenciária industrial de Joinville na promoção de leitura e formação de leitores**. 2018. 78 p. Orientada por Daniella Camara Pizarro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Graduação em Biblioteconomia, Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00007d/00007d12.pdf> . Acesso em: 04 ago. 2024.

COSTA, Amabile. **Biblioteca da penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo**. 2017. 78 p. Orientada por Daniella Camara Pizarro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Graduação em Biblioteconomia, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000048/0000484d.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2024.

COSTA, Amabile. **Constituição do acervo da biblioteca da penitenciária masculina de Florianópolis: um estudo de caso**. 2020. 121 p. Orientada por Camila Barros e Coorientada por Daniella Camara Pizarro. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação e Informação, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216645/PCIN0223-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 ago. 2024.

COSTA, A.; LINDEMANN, C.; PIZARRO, D.C.; SILVA, J.N. Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p.874-886, nov. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1256> . Acesso em: 03 ago. 2024.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais. 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B2Hm0_peHrC_cGx2MXR0MFhlcms/view. Acesso em?

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política nacional de extensão universitária**. Florianópolis: UFSC, 2015. 68 p. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf> . Acesso em: 04 ago de 2024.



SILVA NETO, Eptacio Gomes; DIAS LEITE, Francisca Chagas. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso a informação e a cidadania. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 47–58, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1945>. Acesso em: 20 set. 2024.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir às adversidades**. São Paulo: Editora 34, 2010. 2 ed. 304 p.

PIZARRO, D.C; COSTA, A.; PICONI, C.; MEDEIROS, C. O COTIDIANO NA BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA: vivências e percepções. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARTE E EDUCAÇÃO PRISIONAL, I., FLORIANÓPOLIS, 2017. **Anais...** Florianópolis, 2017. Disponível em: https://6c27255a-7e27-4625-b615-0913ea29fd35.filesusr.com/ugd/7288a8_94d15c03fcfb4043a3c6b3504c99658e.pdf. Acesso em: 04 de ago de 2024.

SANTOS, Léia. **A biblioteca em presídio e suas especificidades**. São Paulo, 2016. 54f. Orientada por Asa Fujino. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

TRINDADE, Leonardo Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de sistemas prisionais: conceitos objetivos e atribuições**. Brasília, 2009. 118f. Orientada por Sofia Galvão Baptista. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília. Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia.